

Aborto

Descriminalização e legalização a favor dos direitos humanos e a favor da vida

Em 1984, durante o “4º Encontro Internacional da Mulher e Saúde”, na Holanda, o dia 28 de maio foi instituído como o “Dia Internacional de Luta pela Saúde da Mulher” e, no Brasil, o Ministério da Saúde definiu a data como o “Dia Nacional de Redução da Mortalidade Materna”. Depois de 25 anos, a ocasião representa um importante momento de reflexão sobre os direitos das mulheres hoje e uma oportunidade para questionarmos se estes estão de fato sendo respeitados, especialmente quando falamos no campo da saúde sexual e reprodutiva.

Direito à autonomia reprodutiva e à saúde

Segundo dados oficiais do Governo, para cada grupo de 100 mil bebês nascidos vivos no Brasil, morrem 74 mulheres. O aborto aparece como a 5ª causa da morte materna, o suficiente para entendermos como a criminalização da prática no país contribui para agravar um quadro já conhecido na saúde pública nacional: decididas a interromper uma gravidez indesejada, muitas mulheres submetem-se ao procedimento em condições extremamente precárias de higiene, na clandestinidade e sem assistência médica. Essa trágica realidade poderia mudar se o aborto fosse de vez encarado como uma questão de saúde pública e de respeito à autonomia reprodutiva das mulheres. Ao negar o direito ao aborto e empurrá-las para situações de risco, expondo-as a doenças e complicações advindas de procedimentos malfeitos, está-se negando essa autonomia, um direito humano.

As falhas no atendimento às mulheres vítimas de violência sexual e nos serviços de aborto legal na rede pública de saúde, com protocolos de atendimento ruins, falta de recursos nos hospitais e despreparo profissional, também fazem parte do problema e todos os anos milhares de mulheres morrem em consequência do acesso precário ao aborto seguro. Entretanto, a criminalização da prática fora das premissas da legislação vigente, punindo, inclusive, médicos e enfermeiros, ainda é a principal razão pela qual tantas mulheres decididas a interromper uma gravidez indesejada, sem o suporte legal e sem poder contar com serviços adequados, acabam voltando às salas de emergência com problemas causados por um aborto malfeito.

Diálogo em defesa da vida das mulheres

A forte influência da Igreja Católica, com seu fundamentalismo religioso e a atuação de parlamentares ligados à instituição, é mais uma barreira no caminho para a legalização do aborto no Brasil. Na semana em que se celebrou o “Dia do Combate ao Abuso e Exploração Sexual Contra Crianças e Adolescentes”, é fácil lembrar-se do perigo que a combinação doutrina religiosa mais política impõe a inúmeras meninas-mães. Suas vidas são postas em jogo, levadas a manter uma gravidez precoce e, na maioria dos casos, de risco, ou a praticar o aborto clandestino, sem um mínimo de informação ou assistência.

COMISSÃO DE CIDADANIA E REPRODUÇÃO

Nos Estados Unidos, onde a prática é legal desde 1973, o presidente Barack Obama adotou uma política de diálogo com a Igreja Católica e discursou sobre o assunto, mesmo sob alguns protestos, em uma cerimônia de formatura na tradicional Universidade Notre Dame. O presidente americano aposta num entendimento entre os lados baseado nos pontos comuns que regem as políticas de saúde pública e as pesquisas com células-tronco no país e a doutrina católica. O principal, a defesa da vida.

Quando se fala em aborto, também no Brasil estamos falando da vida de milhares de mulheres que correm sérios riscos ao se submeterem ao abortamento inseguro, estamos falando do direito ao acesso à saúde, de autonomia reprodutiva das mulheres. Estamos falando de direitos humanos. É fundamental que se tenha essa perspectiva ao discutirmos a descriminalização e legalização da prática e seria ideal que essa postura e a busca por um diálogo comum entre as partes estivessem na pauta de nossos representantes no Planalto.